

OBSERVATÓRIO DA POBREZA PARA QUEM?

***Viriato Teotónio e. Tamele**

As estratégias da redução da pobreza dão uma oportunidade e a responsabilidade à sociedade civil de mudar a história das relações sociais, mas para tal aconteça não se pode esperar que as elites as rédeas como o que aconteceu nos países ocidentais. Olhando para o caso da Inglaterra em 1640 quando foi promulgado a Lei dos Pobres e analisando o que se passou a assegurar naquele país e no continente europeu após ao cataclismo social do início da Revolução Industrial, iremos ver que o padrão pode ser o mesmo que estamos a repetir com o Observatório da Pobreza OP e o G20, grupo da sociedade civil que participa no OP. Parece que atingimos um momento em que as disparidades se tornam extremas, o desprezo humana é de tal ordem, que parece que a classe dirigente voltou a re - descobriu que o seu destino está umbilicalmente ligado ao povo.

Não tanto por altruísmo mas por algum medo como o que aconteceu nas sublevações violentas e da instabilidade política parecidas das que surgiram na França a era das barricadas retratadas por Victor Hugo em os "Miseráveis". Culminado com os 20 mil fuzilamentos da Comuna de Paris. Temor das epidemias e das pestes, que no passado brotavam dos sórdidos quarteirões miseráveis mas não poupavam ricos ou aristocratas, situação similar a que nos enfrentamos com o HIV/SIDA. O terror de ser assassinado por criminosos embrutecidos pela miséria como nas apavorantes crónicas anónimas sobre bandidos e piratas que inspiraram óperas e romances de aventura de 1800, aqui podemos também fazer uma analogia a nossa realidade, pois por mais que os classe dominante viva guarneçada em condomínios e conduzam 4X4s a qualquer momento podem serem alvos de um acto criminoso ao esquivarem os buracos que estão onde uma vez foi rua ou imobilizados num cruzamento ao tentar descodificar se o semáforo funciona ou não se está vermelho ou verde

Participação da sociedade civil

A sociedade civil trouxe de novo é o conceito de que a pobreza é algo insuportável tanto política como eticamente pois o planeta tem recursos suficientes para erradica-la, e que é um assunto que compete a cada sociedade e de cada estado, mas também, compete ao sistema multilateral no seu conjunto.

A participação da sociedade civil em todo o ciclo de concepção, elaboração, implementação e monitoria do Plano de Acção Contra Pobreza PARPA tem sido deficitária ao contrario do que se tem dito e acreditado. Contudo há indicações de que desde a concepção do primeiro PARPA até este momento onde se prepara o PARPA II registou se melhorias devido a criação do OP pelo Governo.

No entanto as duvidas se mantêm: será que houve mesmo melhorias na participação da sociedade civil? Ou tornou-se cada vez mais complicado para a sociedade civil contribuir nas estratégias da luta contra a pobreza?

Para a sociedade civil contribuir nas estratégias da luta contra a pobreza deve criar capacidade de uma forma qualitativa e sendo a pobreza um problema

social de todo o mundo, é importante a participação da sociedade civil seja por uma sintonia entre as políticas, estratégias e as acções que concorrem para o desenvolvimento sustentável.

O PARPA se baseia no Quadro Compreensivo de Desenvolvimento desenvolvido e proposto pelo Banco Mundial no início entre 1998/9 como um meio em que os países podem usar os seus conhecimentos e os recursos para desenhar e implementar estratégias efectivas para o desenvolvimento económico e a redução da pobreza isto é, integra a redução da pobreza num quadro “coerente” orientado ao crescimento macro económico. O PARPA é preparado pelo País receptor através de um processo nacional participativo que tem em conta a boa gestão macroeconómica e financeira com as políticas sociais estruturais e humanas eficazes.

Assim, o PARPA apesar de preparado pelo Governo Moçambicano com a participação de todos os intervenientes incluindo a sociedade civil deve é endossado pelo Banco Mundial e o FMI de forma a que Moçambique obtenha o alívio da dívida no âmbito do HIPC. Devido a esta prerrogativa que tipo de PARPA irá sair e ser aprovado pelo Banco Mundial? A esta pergunta só o futuro irá responder.

A participação da sociedade civil e o Observatório da Pobreza

A sociedade civil foi convidada a participar no OP, e foi lhe cedido 20 lugares, assim as organizações consideradas representativas se constituíram naquilo que elas definiram como o G20. Para os que não cabem nos lugares disponíveis do OP não encontra mecanismos para participar nas deliberações assim pode ser um instrumento do governo e dos que tem acesso, mas está longe de ser um espaço para os demais, para não falar dos pobres de verdade

Quanto ao G20 devia definir os criterios e procedimentos de uma forma clara para constituir uma mais valia na participação da sociedade civil no preparação do novo PARPA e na sua monitoria. Se há organizações que participam nos grupos temáticos constituídos pelo governo, o G20 não precisava de replicar mais grupos deveria apenas dinamizar a participação da sociedade civil naqueles do governo, pois este está aberto para tal. Ao replicar os grupos temáticos o G20 não consegue nem criar um PARPA paralelo nem participar com efectividade no trabalho que está sendo feito pelo governo que já avançou com um trabalho concreto. A este andar o G20 não consegue executar aquele papel que a sociedade civil nos habituou: o de constituir uma critica construtiva nem de se aliar ao governo.

As 20 organizações, que incluem, sindicatos, organizações da fé, camponeses, foruns diferentes cada uma tem alguma cobertura nacional, deviam simplesmente usarem este estatuto e se desdobrarem pelos sitios que se encontra fazendo jus a sua capacidade e seria desnecessário replicar-se G20 provinciais, uma exercicio oneroso para quem lutar contra a pobreza. tem sido hábito chamar grande organizações da sociedade civil usando apenas o critério da sua representatividade contudo muitas vezes

estas organizações estão mais vocacionadas a emergência e quando esta não ocorre implementam certos projectos, assim estão muito longe de trabalhar em dialogo politico muito menos em politicas de desenvolvimento.

A iniciativa do G20 é lovavel mas não basta, a sociedade civil deve olhar para este desafio não só colocando criticas mas apresentando propostas. Mas desenvolver propostas requer consultação entre a sociedade civil apoiado por pesquisa e analise. E levar proposta é necessário desenvolver estratégias de advocacia para maximizar o impacto das propostas e tomar todas as medidas para assegurar que as propostas são adoptadas. A sociedade civil deve estar ciente de que a participação na desenho do PARPA é um processo politico, assim deve estar preparado para realizar um acção politica através da mobilização de campanhas publicas que mostram a representatividade que mostre que há um interesse publico genuíno em todo o processo.

A sociedade civil precisa de se livrar da teia em que se encontra amarrada pelo Governo constituir um fórum alternativo onde as questões soberanas, os direitos humanos básicos e o cidadania estão a diante das politicas neoliberais que se regem por uma visão economicista e mercantilista totalizantes que impõe um padrão de comportamento politico, financeiro, produtivo, cultural e informacional no qual uma parte da humanidade não tem condições de se incluir. Desta forma a sociedade civil moçambicana iria contribuir de uma forma mais valiosa para a história da luta contra a pobreza colocando as prioridades dos pobres no desenvolvimento do Pais

*Coligação para a Justiça Económica